

## AGROINDÚSTRIA FAMILIAR DE ALIMENTOS: Caracterização E Tipologias Em Viçosa/ Mg

Natália Lopes de Freitas<sup>1</sup>  
William Barbosa Valadão<sup>2</sup>

### Resumo

As agroindústrias familiares representam um importante fenômeno a ser analisado. Apresentaremos neste artigo, um panorama geral das agroindústrias familiares existentes no município de Viçosa-MG. O trabalho é parte de uma pesquisa de mestrado intitulada “Agroindústria Familiar e Segurança Alimentar: Uma análise a partir dos agricultores familiares do município de Viçosa/MG”, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa. A metodologia utilizada para a construção dos dados desta pesquisa é caracterizada como um estudo exploratório, de caráter qualitativo, para coleta de dados foi utilizado os dados documentais, bem como a realização de entrevista a partir de um roteiro semi-estruturado. Os dados obtidos foram analisados através da metodologia de análise de conteúdo. Os resultados revelaram que os agricultores familiares são de grande importância para o município, pois os produtos por eles fabricados nas agroindústrias são alimentos de qualidade e de fácil acesso em diversos locais.

**Palavras-chave:** Agroindústria Familiar; Segurança Alimentar; Assistência Técnica.

### Introdução

Para se compreender o contexto onde a agricultura familiar e as agroindústria familiares estão inseridas, se faz necessário compreender alguns processos históricos, que culminaram no modelo de reforma agrária que atualmente é conhecido no Brasil, sendo a partir deles a origem de todo o processo em que a agricultura familiar se ancora. Medeiros (2015) corrobora que “a luta pelo acesso à terra é constitutiva da história do Brasil e seus marcos iniciais remontam aos primórdios da colonização portuguesa” (Medeiros, 2015, p. 340).

Sousa (2009) acrescenta que para falar da questão agrária no Brasil, é importante remeter aos clássicos como: Inácio Rangel, Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães. Estes autores colaboram para a compreensão: “a origem do latifúndio, da concentração de terras e da propriedade camponesa no Brasil, relações sociais de produção” (SOUSA, 2009, p.25).

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa-MG. Brasil. Bacharela em Economia Doméstica (UFV). Email: natalia.l.freitas@ufv.br

<sup>2</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa-MG. Brasil. Email: william.valadao@ufv.br.

Neste contexto histórico, a agricultura familiar no Brasil é considerada uma atividade agrícola de grande importância para o desenvolvimento do país nos aspectos sociais, ambientais, econômicos e culturais. Esse segmento agrícola pode ser conceituado, a partir de Wanderley (1999), como uma maneira em que a família, além de ser dona de seus meios de produção também toma posse do trabalho produtivo, e essas características têm grande relevância e conseqüências econômicas e sociais.

Entre os principais trabalhos produtivos desenvolvidos pela agricultura familiar estão às agroindústrias familiares que são definidas como: uma forma de organização que produz, processa e transforma a produção agrícola e pecuária, acrescentando valor ao produto que é utilizado para comercialização, troca e consumo familiar (MIOR, 2003). De acordo com Wesz Junior & Trentin (2006), as agroindústrias familiares contribuem muito para o desenvolvimento rural por dois fatores, sendo eles: o primeiro diz respeito a grande contribuição para geração de renda no meio rural, através do desenvolvimento sustentável; e o segundo está relacionado a sua produção diversificada, não ficando refém de uma única monocultura ou apenas um setor agropecuario.

Tendo em vista a importância das agroindústrias familiares no contexto local, este trabalho se propoe a apresentar um panorama dessas agroindústrias no município de Viçosa/MG, bem como discutir sua importância como alternativa e resistência camponesa dos agricultores familiares.

### **Elementos Teóricos**

Para tratar da temática que envolve o desenvolvimento rural no Brasil, apresentaremos, como marco histórico inicial, a primeira legislação de terra no Brasil.

Tal marco acontece no ano de 1850, quando entra em vigor a Lei de Terras <sup>3</sup>, Lei n° 601, de 18 de setembro de 1850. Segundo Martins *apud* Medeiros (2015). Essa lei regulamenta o direito de propriedade, garantido pela Constituição de 1824, sendo instituído o acesso à terra pela compra. Vale lembrar que nessa época o poder aquisitivo não era de todos, e a regulamentação foi criada para favorecer algumas classes sociais.

---

<sup>3</sup> LEI N. ° 601 – de 18 de Setembro de 1850. Dispõem sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica: e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de Colônias de nacionais, e de estrangeiros autorizados o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara (BRASIL, 1850).

Como salienta Sousa (2009):

“A criação da Lei de Terras, foi uma estratégia para evitar que os pobres e os escravos tivessem acesso à terra. Se o fim da escravidão era fato inevitável, o Império tratou de legislar o processo de posse, para que o acesso à terra fosse mais restrito, assegurando a disponibilidade de mão-de-obra, já que os escravos libertos, por não possuírem recursos para registrarem terras, tenderiam a permanecer nas fazendas como trabalhadores assalariados (e muitas vezes permaneciam nas fazendas realizando as mesmas tarefas, sem serem remunerados)” (SOUSA, 2009, p.27).

Outro elemento histórico a ser mencionado é a legislação que regulamentou a atividade do trabalhador rural, o Estatuto do Trabalhador Rural. Silva (2013) argumenta que na elaboração do Estatuto do Trabalhador Rural <sup>4</sup>, (1963) e do Estatuto da Terra<sup>5</sup>, (1964), havia uma proposta política que deveria juntar dois recursos ociosos, sendo eles: a terra e a mão de obra. No entanto, a política não foi efetiva, pois as terras possuíam preços muito elevados, e naquele momento, o Brasil não tinha mercado financeiro, e a terra rural e/ou urbana estava sobre comando das classes dominantes.

Ainda com toda essa problemática, de acordo com Oliveira (2001), em 1964 no governo de Castelo Branco, foi sancionado o Estatuto da Terra, o instrumento legal da Reforma Agrária no Brasil, sendo implementado na Nova República no início da década de 80, o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária <sup>6</sup>.

Também nas décadas de 70 e 80 ocorreram a criação da Conferência Nacional dos Trabalhadores Rurais (CONTAG), que lutava pela reforma agrária no país, do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). De acordo com Silva (2013):

“Trata-se, no fundo, de buscar novas formas de ocupação para essa população sobrando, do ponto de vista estritamente agrícola e industrial, de ex-parceiros, ex-meeiros, ex-boias-frias, ex-pequenos produtores rurais que foram marginalizados pela modernização conservadora das décadas passadas. Trata-se de buscar, nas franjas do crescimento da prestação de serviços pessoais que caracteriza o

---

<sup>4</sup> Estatuto do Trabalhador Rural. Denominação dada à Lei nº 4.214, promulgada em 2 de março de 1963 e publicada no Diário Oficial no dia 18 do mesmo mês. O estatuto significou a extensão da legislação social ao trabalhador rural, fornecendo as bases para a organização sindical do campo brasileiro.

<sup>5</sup> O Estatuto da Terra, conforme explanado por Medeiros (2015, p. 343), “previa desapropriação dos latifundiários em caso de tensão social, estabelecia que a propriedade precisasse cumprir uma função social, bem como regulava as relações de arrendamento e parceria, tradicional foco de tensão no meio rural brasileiro”.

<sup>6</sup> I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Em outubro de 1985 um decreto da Presidência da República do Brasil aprovou o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), gerado a partir de um amplo debate nacional que coletou contribuições e ajudaram a compor o documento. O I PNRA está organizado em duas partes: a primeira, contendo a sua fundamentação e, a segunda, que trata da formulação estratégica do Plano (INCRA, 2017).

mundo atual, um conjunto de novas ocupações artesanais que não exijam níveis de qualificação outro que não possam ser adquiridos através de um treinamento rápido para esse conjunto de milhões de “sem-terra”, que além de terem perdido o acesso à terra, não têm o privilégio de estar organizados num movimento como o MST” (SILVA, 2013, p.75).

Como podemos observar, historicamente essa população historicamente ficou à margem da sociedade, com seus direitos sociais privados e/ou reprimidos, perdendo o direito de trabalho na terra, o direito a produção, troca e comercialização de seus produtos. Essas dificuldades passadas por muitas famílias, ocasionaram também ao êxodo rural.

Medeiros (2015) acrescenta que o ator social “sem terra”, é o trabalhador afetado intensamente pela modernização da agricultura, que sofreu com preços elevados para adquirir terra. São famílias de pequenos produtores, com dificuldade de permanecer na terra, tanto para transmitir essa propriedade para a geração futura, quanto para conseguir arrendá-la. Martins (2001) lastima que a sociologia rural, possui uma pesada dívida com o mundo rural:

“Desde os anos 70 a modernização forçada do campo e o desenvolvimento econômico tendencioso e excludente nos vêm mostrando que esse modelo imperante de desenvolvimento acarretou um contradesevolvimento social responsável por formas perversas de miséria antes desconhecidas em muitas partes do mundo [...] As próprias populações rurais vitimadas pelo desenvolvimento econômico excludente, que todos testemunhamos, têm procurado seu próprio rumo, têm se alçado acima da indignidade que as vitima, têm proclamado seus direitos e têm questionado os responsáveis por sua situação. Os movimentos sociais do campo são a forma do protesto dos pobres da terra, o clamor dos sem voz porque não foram ouvidos no devido tempo. Eles desafiam a sociologia rural a compreender o protagonismo e a criatividade das populações rurais e a compreender também as saídas possíveis das situações socialmente anômicas em que muitas vezes se encontram” (MARTINS, 2001, p.35).

A reforma agrária no Brasil e as lutas dos movimentos sociais têm momentos de destaque histórico perante a sociedade, outra hora, essas articulações seguem silenciosamente, com pouca visibilidade, é o que Medeiros (2015) denominou como ciclos de mobilização relacionados à luta por terra.

Oliveira (2001) diz que ao final do século XX, em relação à reforma agrária e os conflitos por terra, observava-se dois lados. Por um lado, a modernização conservadora, que cresceu seu campo de ação, e por outro, os movimentos sociais, que aumentou a pressão social, na luta pelo acesso à terra. Silva (2013) salienta ainda que, ao término desse mesmo século, o processo de reforma agrária não necessariamente deve possuir caráter agrícola, uma vez que, os problemas relacionados à produção e preços, encontram solução nos complexos agroindustriais.

O processo de desenvolvimento brasileiro está diretamente ligado à reforma agrária do país, dessa forma, é de grande importância realizar esse resgate e compreender essas questões, nas quais a agricultura familiar ganhou destaque e reconhecimento perante o Estado e prestígio populacional.

Segundo Cunha (2015, p.26), a relevância da agricultura familiar só começa a ser valorizada a partir de um processo conhecido como “focalização da política pública”, em que foi reconhecida a necessidade de separação dos focos de intervenção das políticas agrárias em diferentes contextos, que, até em então, eram concebidos como únicos. Nesse sentido, a agricultura familiar, comumente às margens dos interesses do setor agrícola, passa a ganhar destaque por sua importância no abastecimento do mercado interno de alimentos.

Vale destacar que isso só começa acontecer a partir da década de 90, pois anteriormente a esse período, os investimentos no setor agrícola eram voltados para a modernização, e beneficiavam apenas as lavouras empresariais de exportação, excluindo os pequenos agricultores, conforme discutido por Rezende *et al* (2012). A falta de acesso aos investimentos financeiros, segundo Queiroz (2009), atrasou o desenvolvimento da agricultura familiar, bem como restringiu sua inserção aos mercados de abastecimento de alimentos, uma vez que tais agricultores não dispunham de mecanismos que garantissem uma produção equilibrada para atender tais mercados. Em decorrência desse desequilíbrio, entre as décadas de 50 e 90, a agricultura familiar brasileira sofre com a precariedade de seus processos produtivos, fazendo com que muitos desses agricultores, vivendo em condições miseráveis, abandonem o campo e migrem para os espaços urbanos.

A partir da década de 90, os investimentos voltados para a agricultura familiar priorizaram que esse segmento desenvolvesse uma nova forma de inserção socioeconômica, pautada no processo de agroindustrialização do campo. Nesse sentido, a agricultura familiar, além de produtora de matérias-primas, também passou a ser vista como processadora de alimentos e, dessa maneira, começou a ser vinculada às novas agroindústrias, conforme abordado por (MIOR, 2003). Com isso, segundo Mior (2005), surge à agroindústria familiar rural, que pode ser conceituada como um meio de organização em que a família produz, processa e ainda transforma sua produção, tanto agrícola como pecuária, tanto para consumo próprio, como para a troca e a comercialização desses produtos que, quando processados, são acrescidos de valor. Wesz Junior & Trentin (2006) corrobora com Mior, afirmando que esta é um tipo de atividade

caracterizada pela verticalização da produção, onde a posse da agroindústria pode ser gerida de forma individual, ou por grupos de famílias, que se relacionam por parentescos ou por reciprocidade.

A agroindústria familiar, além de contribuir para manter as famílias no espaço rural, também promove a valorização da cultura local, aumenta a autoconfiança das famílias agrícolas, reconhece o saber popular e realiza o resgate das tradições, incentivando uma nova dinâmica nas relações entre o rural e o urbano. Os produtos são transformados artesanalmente e carregam consigo, muitas vezes, uma denominação histórico-cultural (PAULA & FILHO, 2011). Assim, como uma das estratégias da agricultura familiar, as agroindústrias familiares são fenômenos cada vez mais presentes na realidade do campo brasileiro. Em Minas Gerais destacamos as agroindústrias familiares que beneficiam matérias primas locais e comercializam diversos produtos regionais, mas de grande expressão nacional e internacional, como doces, geléias, compotas, licores, queijos, conservas, cachaças, entre outros, que são comercializados no mercado formal ou informal.

Tendo em vista que as agroindústrias familiares representam um importante fenômeno a ser analisado, apresentaremos neste artigo, um panorama geral das agroindústrias familiares existentes no município de Viçosa-MG em termos de suas principais tipologias e categorias. O trabalho é parte de uma pesquisa de mestrado intitulada “Agroindústria Familiar e Segurança Alimentar: Uma análise a partir dos agricultores familiares do município de Viçosa/MG”, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa-UFV.

## **Metodologia**

Essa pesquisa é caracterizada como um estudo exploratório, de caráter qualitativo, como proposto por Minayo (2009), na qual se busca conhecer a distribuição das agroindústrias familiares de Viçosa-MG, bem como os principais produtos por elas processados e locais de comercialização. Para alcançar esse propósito, foi realizado um levantamento das famílias que atuam na agroindústria familiar, e recebem assistência técnica extensionista da Empresa de Assistência Técnica em Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER/MG). Para a coleta de dados foram utilizados os dados documentais relacionados aos cadastros desses agricultores familiares assistidos pela EMATER, bem como a realização de entrevista a partir de um roteiro semi-estruturado com duas extensionistas de bem estar social da

empresa. Os dados obtidos foram analisados através da metodologia de análise de conteúdo, proposta por Bardin (2012).

## **Resultados**

De acordo com dados coletados foram identificadas, na cidade de Viçosa-MG, a existência de 22 agroindústrias familiares de alimento, objeto de interesse da pesquisa de mestrado, sendo 13 de origem animal, e 9 de origem vegetal. As agroindústrias identificadas possuem cadastro na EMATER, e os agricultores familiares recebem assistência técnica dos extensionistas da empresa, tanto na área de bem estar social, no que tange às Boas Práticas de Fabricação (BPF), agregação de valor do produto, embalagem e rotulagem e orientações referentes à comercialização; quanto dos técnicos que prestam assistência técnica relacionada ao cultivo e manejo de culturas e questões da produção de matéria prima em geral (gado leiteiro, manejo de abelhas, entre outros).

Essas agroindústrias processam diversos produtos e, segundo o levantamento realizado, estão localizadas em diferentes comunidades do município de Viçosa, de acordo com a seguinte distribuição: 11 agroindústrias de produção de queijo (Córrego do Fundo, Cristais, Paula, Violeira, Cachoeirinha, Piúna, Retiro, Córrego Santa Tereza, São José do Triunfo; 2 agroindústrias de produção de mel (Cachoeirinha); 1 agroindústria de produção de embutidos (São José do Triunfo) ; 8 agroindústrias de produção de quitandas como bolos, pães, doces, conservas, compotas e geléias (Paula, Córrego do Fundo, Violeira, Macena, Córrego São Francisco, Paiol e Buieieí) .

A comercialização dos produtos acontece em feiras livres de Viçosa como: Feira Quintal Solidário (quarta-feira), Feira Livre de Viçosa (quarta-feira/sábado), Feira Rede Raízes da Mata (sexta-feira), Feira Cultural e Agroecológica da Violeira (domingo); Mercados institucionais (escolas municipais e estaduais); Supermercados; Sacolão; Na propria residencia e em alguns caso, de casa em casa.

Até o presente momento, as entrevistas foram realizadas com 5 agricultoras que atuam na agroindustria local, conforme ilustrado na tabela 1.

**IDENTIFICAÇÃO DOS AGRICULTORES QUE ATUAM NAS  
 AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES EM VIÇOSA/MG**

<b>ENTREVISTADA (O)</b>	<b>GÊNERO</b>	<b>IDADE</b>	<b>AGROINDÚSTRIA QUE ATUA</b>	<b>LOCAL DA PROPRIEDADE</b>
<b>Entrevistada I</b>	Feminino	33	Agroindústria de Queijo; Agroindústria de Quitandas e agroindústria de ovos	Paula- Zona Rural de Viçosa/ MG
<b>Entrevistada II</b>	Feminino	56	Agroindústria de Polpa de Frutas e Agroindústria de Quitandas	Paula- Zona Rural de Viçosa/ MG
<b>Entrevistada III</b>	Feminino	48	Agroindústria de Quitandas	Violeira- Zona Rural de Viçosa/ MG
<b>Entrevistada IV</b>	Feminino	45	Agroindústria de Quitandas	Macena- Zona Rural de Viçosa/ MG
<b>Entrevistada V</b>	Feminino	59	Agroindústria de Mel e derivados; Agroindústria de Licores; Agroindústria de Pcles.	Cachoeira de Santa Cruz- Zona Rural de Viçosa/ MG

**Tabela 1:** Identificação dos Agricultores que Atuam nas Agroindústrias Familiares em Viçosa/MG.

**Fonte:** Dados da Pesquisa de Campo (2017).



Para a emissão das notas fiscais dos seus produtos, foi notificado que todos estes agricultores/produtores, estão inseridos na Associação dos Produtores de Agroartesanato de Viçosa (ASSOV), cujo CNPJ: 02651.052/0001-53 e a nota fiscal é emitida através da associação. Nas primeiras entrevistas, deu para perceber que além de ser uma forma de facilitar a comercialização dos produtos a associação também ajuda na união do grupo de agricultores, como relatado nas seguintes falas:

*“Estamos inseridos na ASSOV, eu emito minha própria nota, mais o que levo de benefício de lá é o código de barras né, que me interessa né, e o mais é que eu não quero sair do grupo né, eu quero está lá, quer dizer se eu quisesse montar o meu separadamente eu já poderia ficaria até mais em conta, mais o problema é que eu já tenho muitos anos que eu estou lá, então é muito bom é ótimo na divulgação e de estar com o grupo (ENTREVISTADA, V)”*. **Fonte:** Pesquisa de campo 2017.

*“ Além de estarmos inseridos na ASSOV, temos aqui essa cede da padaria comunitaria, eu acho que a partir do momento que você tem igual aqui tem essa cede para a gente trabalhar, é um encontro é uma participação na comunidade, é assim a gente espera um retorno, espera mais aquilo que comentei mais cedo, o dinheiro é bom, mais às vezes não é tudo, né é lógico que a gente quer ter um retorno mais a primeira coisa que vem assim, é a questão do carinho, o respeito, a responsabilidade, eu acho que isso aqui a gente oferece, não importa assim a quantia que a gente está fazendo, mais você vê assim aquela responsabilidade né, o a gente está aqui a gente está trabalhando ali, então isso é responsabilidade (ENTREVISTADA,III)”*. **Fonte:** Pesquisa de campo 2017.

Como pode ser observado, as entrevistadas valorizam o fato de serem associadas à ASSOV. Prezotto (2016) aborda que o associativismo é uma das formas de promoção de agregação de valor e inserção do trabalho desenvolvido pela agricultura familiar, e esta forma de cooperação tem ganhado destaque no que se tange ao desenvolvimento econômico, gerando assim mais oportunidades de trabalho e renda.

Quando questionados qual a relação à família possuiu com a terra, as entrevistadas revelaram que: *“Eu até tinha relação, porque minha família toda é de agricultores, então fui nascida e criada mesmo no campo, na zona rural, meu marido até que não, ai lá em São Paulo é que nos conhecemos mesmo, a terra, o campo, porque nós vivemos no meio dos Sem Terra, vivemos num, no meio de um assentamento Sem Terra né, e ai que a gente pegou muito mais gosto, porque eu já tinha, ele já tinha um certo interesse, ai vendo lá as pessoas que já tinha conseguido a terra, com a reforma agrária, e aquilo tudo né, ai*

*despertou mais ainda a nossa vontade de viver na roça, de viver no campo... Nos mudamos do Espírito Santo, para São Paulo, moramos lá três anos, depois nos imigramos, nos vivemos em Portugal dez anos, ai quando nos voltamos com o dinheiro que nos juntamos lá que nós compramos aqui (ENTREVISTADA, IV)”. Fonte: Pesquisa de campo 2017.*

*“Minha família possui toda relação, aqui nois produz o maximo de produtos para poder sobreviver aqui ne, na terra (Leite, ovos, verduras, legumes, queijo, quitandas um pouco de tudo) ai utilizo na nossa alimentação também, e ovo, leite para fazer as quitandas é tudo daqui ne (ENTREVISTADA, I)”. Fonte: Pesquisa de campo 2017.*

É de suma importância a relação que a classe social agricultor familiar, possuem com a Terra, sendo a agroindústria familiar uma forma de resistência camponesa, como narrado na fala das entrevistadas.

Ainda como podem ser observados na fala das entrevistadas, uma relação histórica e cultural com o trabalho no campo. Prezotto (2016) também comenta que a matéria prima por eles produzida e processada nas agroindústrias e para o consumo familiar, tem origem das próprias propriedades, sendo ainda, fruto da mão de obra coletiva familiar.

Os produtos fabricados nas agroindústrias geralmente são produzidos com produtos naturais oferecem benefícios para a saúde de quem os consome uma das entrevistadas descreveu o seguinte: *“São produtos que a gente busca assim ser produtos mais natural entendeu, sem agrotóxico, sem química, porque o biscoito de polvilho por exemplo eu faço não ponho aditivo químico nele para ter durabilidade e para que ele fica 6 meses no mercado por exemplo, então eu acho que isso é um ganho para minha família e para a sociedade que alimenta desse produto, outra coisa igual leite, eu uso leite integral que uso para fazer as receitas é uma coisa boa né, não tem nenhum aditivo químico na produção do leite, nem o ovos porque é só a ração normal, então para mim isso agrega valor, agrega tudo melhor assim para quem alimenta desses produtos. (ENTREVISTADA, I)”. Fonte: Pesquisa de campo 2017.*

A cada dia a procura por alimentos mais saudáveis de origens agroecológicas tem aumentado, a população tem buscado melhorar a alimentação em decorrência de diversos problemas que vem acontecendo nos últimos anos, por exemplo: o excesso de consumo de alimentos industrializados que pode ocasionar diversas doenças cardiovasculares, e com o consumo de alimentos mais saudáveis esse quadro pode ser amenizado. Prezotto (2016) destaca ainda que os consumidores têm procurado esses produtos de origem da agricultura

familiar, pois, pelo histórico, se sabe que são produtos mais saudáveis que valorizam as tradições e culturas locais.

Já outra entrevistada ainda completou as informações com as melhorias da qualidade de vida de sua família após a implementação da agroindústria, houve uma melhoria da renda da família, e mais agregação de valor dos seus produtos.

: *“Eu depois da agroindústria já comprei um monte de coisas, depois que comprei rsrs, eu não tinha carro, na alimentação graças a Deus meu marido, o que recebe de aposentadoria sempre deu para comprar arroz e feijão nunca faltou ne, e muita coisa eu produzo aqui para comer, nossa alimentação é muito saudável, tem mandioca, inhame, abobora, cenoura, beterraba, eu tenho tudo para comer, feijão a gente planta também, eu planto pouco, mais eu planto feijão também, então assim tem ovo, eu não como galinha caipira, eu cisme com esse negocio rsrs, mais eu tenho coisas eu precisava mesmo era do arroz, do açúcar do sal, porque o resto a gente produz entendeu, e ai é em termos de alimentação eu acho que melhorou também nisso, porque antes a gente comprava, e a gente não sabia de onde vinha, o que era colocado, e nos temos uma regra muito forte aqui em casa, a gente nem precisa da satisfação para os outros se alguém quiser vir fazer análise do nosso coisa pode vir, mais para mim faz a menor diferença porque eu olho o que a gente precisa, se eu não vou comer com veneno ninguém vai, entendeu é uma regra para mim, é da minha casa, então assim a gente sabe o que esta comendo, o que esta utilizando, mais em termos de ganho nossa eu não tinha carro, eu comprei uma boa parte do carro ne que a gente usa para poder entregar veio com o dinheiro da merenda, tudo na base da prestação, mais se não for prestação para pobre não compra nada ne, veio com a merenda, então assim a gente tende a crescer, casei um filho, formei outro entendeu, então tudo isso eu consegui com ajuda do que a gente ganha aqui, porque aposentado não ganha muito para nada ne, o que a gente tinha de dinheiro de reserva é o que a gente investiu na casa, e deu entrada no carro, então acabou. (ENTREVISTADA,II )”*. **Fonte:** Pesquisa de campo 2017.

A tradição familiar e o resgate histórico das receitas são pontos também de destaque nas entrevistas: *“Existe a tradição aqui do pão integral pelo menos é de uma amiga no caso, ela já ate é falecida, que é a esposa da pessoa que doou o terreno para fundação da agroindústria, que me ensinou, então tem umas coisas assim, uma historia bem forte. A questão da oração também foi ela, foi ela que me ensinou, é uma coisa que fica forte uma historia bonita ne, sempre desde o início, antes de começar a fazer nossas*

atividades, nos fazemos uma oração pedindo a Deus proteção. (ENTREVISTADA, III)”.  
**Fonte:** Pesquisa de campo 2017.

Vale mencionar um fato observado durante as entrevistas, que antes de começar a produção eles fazem uma oração. No momento todos os funcionários que estão trabalhando nessa associação são católicos, mais já participou pessoas de outras religiões, sendo esse costume da oração uma cultura local que nunca deixou de acontecer.

*“Meu sogro era padeiro, e acho que é só, meu sogro que era padeiro. E assim, a minha mãe sempre fez para nos em casa né, ela sempre fez pão caseiro e bolo, broa, ela sempre fez minha família e ate porque eu te falei a gente era da roça, num tinha muito esse negocio de comprar pão, não tinha, então o que tinha eles fazia lá, fazia muita broa com melado, broa com inhame, broa com arroz, biscoito de polvilho, a brevidade coisas assim que desde pequena a gente era acostumado a comer isso ne.* (ENTREVISTADA, IV)”. **Fonte:** Pesquisa de campo 2017.

Nas atividades desenvolvidas pelas agroindústrias familiares, o respeito cultural, religioso o valor simbólico da produção são aspectos de grande relevância. Mior (2003) destaca que essas atividades tiveram origem nas cozinhas de fundo de quintal, e hoje se tornou empreendimentos socioeconômicos, as atividades artesanais de processamento do alimento seguem hábitos alimentares de determinadas regiões.

Por fim, vale destacar que as legislações pertinentes para as agroindústrias familiares, são ainda falhas, os agricultores encontram muitas dificuldades em adequar as essas normas, as legislações deveriam se adéqua para esse tipo de produção que é diferenciada e de pequena escala, e as exigências das legislações são praticamente as mesmas que o setor agroindustrial de grande escala.

## **Conclusão**

Conclui-se que as agroindústrias familiares no município de Viçosa/MG, contribuem para o fomento da agricultura familiar, uma vez que insere esses agricultores nos mercados de comercialização. Esta inserção é resultado de uma ação conjunta entre agricultores, associação e extensionistas, que trabalham diariamente buscando resultados satisfatórios para os agricultores que recebem assistência, tanto na forma de produção como também na comercialização, e para os consumidores que estão recebendo produtos de qualidade nas feiras, mercados institucionais, supermercados, dentre outros. Diante do exposto, percebe-se que os agricultores familiares e as agroindustrias familiares, são de

grande importância para o município, pois os produtos por eles fabricados nas agroindústrias são alimentos de qualidade e de fácil acesso em diversos locais, as atividades desenvolvidas nas agroindústrias, como foi analisado nas entrevistas, também é uma alternativa de resistência camponesa. Embora este estudo seja ainda uma aproximação deste campo empírico vasto de investigação, acredita-se que os resultados podem gerar melhoria de vida para essas famílias de agricultores, bem como auxiliar na construção/reformulação de políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento rural, pois a agricultura familiar trabalha questões como manejo sustentável, valorização do saber cultural, o que interfere diretamente no aspecto socioeconômico e social do país.

### **Agradecimentos**

Agradecemos a Professora Junia Marise Matos de Sousa, do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, da Universidade Federal de Viçosa, pela orientação e ao Conselho Nacional de desenvolvimento Científico (CNPQ) pelo apoio financeiro.

### **Referências Bibliográficas**

- BARDIN, Laurence. Análise do Conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011, pg.279.
- BRASIL. Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985. Aprova o Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA.
- BRASIL. LEI 4.214, de 2 de março de 1963. Dispõe sobre o "Estatuto do Trabalhador Rural".
- BRASIL. LEI N.º 601 – de 18 de setembro de 1850. Dispõem sobre as terras devolutas no Império.
- BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Estatuto da Terra.
- CUNHA, W.A. Efeitos dos Programas Governamentais de Aquisição de Alimentos para a Agricultura Familiar no Contexto Local. Dissertação de Mestrado. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa; 2015. 150 p.
- INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/>. Acesso em: 13 de junho de 2017.

Junior, Valdemar João Wesz; Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS - MISSÕES), Iran Carlos Lovis; Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS - MISSÕES) Trentin, and. AGREGAÇÃO DE VALOR E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NOS MUNICÍPIOS RURAIS. Revista Gestão e Desenvolvimento, 2006.

MARTINS, José de Souza. O futuro da sociologia Rural e sua Contribuição para a Qualidade de Vida rural. Estudos Avançados. 2001, p. 31-36.

MEDEIROS, Leonilde Servelo. Luta por reforma agrária no Brasil contemporâneo: entre continuidades e novas questões. In: GRISA, Cátia; SCHENEIDER, Sérgio. Políticas Públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.p. 339-358.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 108p.

MIOR, Luiz Carlos. Agricultores Familiares, Agroindústrias e Redes de Desenvolvimento Rural. Chapecó: Argos, 2005, pg. 338.

MIOR, Luiz Carlos. Agricultores Familiares, Agroindústrias e Território: A dinâmica das redes de desenvolvimento rural no Oeste Catarinense. Dissertação de doutorado. Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina. 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. Estudos Avançados. 2001, p.185-205.

PAULA, Josiane Souza; FILHO, José Flores Fernandes. Evolução recente da agroindústria rural artesanal em Minas Gerais. Revista Horizonte Científico, V. 5, n.1, 2011, pg.1-32.

PREZOTTO; Leomar Luiz. Agroindustria da agricultura familiar: regularização e acesso ao mercado. Brasília, DF. CONTAG, 2016, 60 p.

QUEIROZ, M. I. P. Uma categoria rural esquecida. In:WELCH,C et al. (Org.). Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

REZENDE, S. M. M. et al. Proposta metodológica para avaliação da efetividade das políticas sociais para agricultores familiares do estado de Goiás. Embrapa, s/p, 2012. Disponível em: [http://r.search.yahoo.com/\\_ylt=A0LEVj8dYRtZfJAAMZEF7At.;\\_ylu=X3oDMTByMG04Z2o2BHNIYwNzcgRwb3MDMQRjb2xvA2JmMQR2dGlkAw--/RV=2/RE=1494995358/RO=10/RU=http%3a%2f%2fainfo.cnptia.embrapa.br%2fdigital%2fbitstream%2fitem%2f67861%2f1%2fWander.pdf/RK=0/RS=1MWOJdU4z4qtxAu6RAu3xxICxw-](http://r.search.yahoo.com/_ylt=A0LEVj8dYRtZfJAAMZEF7At.;_ylu=X3oDMTByMG04Z2o2BHNIYwNzcgRwb3MDMQRjb2xvA2JmMQR2dGlkAw--/RV=2/RE=1494995358/RO=10/RU=http%3a%2f%2fainfo.cnptia.embrapa.br%2fdigital%2fbitstream%2fitem%2f67861%2f1%2fWander.pdf/RK=0/RS=1MWOJdU4z4qtxAu6RAu3xxICxw-). Acesso: 12 de maio de 2017.

SILVA, José Graziano. Por uma Reforma Agrária não Essencialmente Agrícola. In: ESTEVAM, Douglas; STEDILE, João Pedro. A questão agrária do Brasil: debate sobre a situação e perspectivas de reforma agrária na década de 2000. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 69-84.

SOUSA, Júnia Marise Matos de Sousa. Do Acampamento ao Assentamento: Uma Análise da Reforma Agrária e Qualidade de Vida em Sergipe. Dissertação de doutorado. São Cristóvão- Sergipe. Universidade Federal de Sergipe. 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas. 2ª. Ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. Cap. 1, pg. 21-55.